

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Marina Paiva

**PERCEPÇÃO DOS MORADORES LOCAIS E DOS VISITANTES SOBRE O JARDIM BOTÂNICO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).

Orientador: Prof^a. Msc. Luciana Bittencourt Villela.

Juiz de Fora

2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Marina Paiva**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201772022A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso **PERCEPÇÃO DOS MORADORES LOCAIS E DOS VISITANTES SOBRE O JARDIM BOTÂNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF**, desenvolvido durante o período março de 2019 a julho de 2019 sob a orientação da professora *Msc. Luciana Bittencourt Villela*, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

MARINA PAIVA

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

PERCEPÇÃO DOS MORADORES LOCAIS E DOS VISITANTES SOBRE O JARDIM BOTÂNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF

Marina Paiva¹

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a percepção dos moradores locais do entorno da área que compõe o Jardim Botânico – UFJF, mais especificamente do bairro de Santa Terezinha, porção nordeste do município de Juiz de Fora – MG, e também a percepção dos visitantes do local, pressupondo diferentes tipos de apropriação, relação e vínculos criados para com o espaço. Para tal, foi realizada pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, com base em uma revisão bibliográfica sobre o tema, um levantamento documental sobre o Jardim Botânico e uma pesquisa de campo com aplicação de entrevistas semiestruturadas com moradores do bairro, visitantes e vice-diretor do Jardim Botânico. Foram realizadas, ainda, visitas de campo, no intuito de conhecer a realidade do objeto de estudo. Ressaltamos, ainda, a importância ambiental não só do espaço em si, mas também da mata na qual ele está situado, a Área de Proteção Ambiental da Mata do Krambeck, que se caracteriza como um refúgio de Mata Atlântica conservada, situada em meio ao espaço urbano e abrigo de diversas espécies da flora e fauna.

Palavras Chaves: ÁREAS VERDES URBANAS; JARDIM BOTÂNICO; UFJF.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar a percepção dos moradores locais do entorno da área que compõe o Jardim Botânico – UFJF (o qual nos referiremos neste presente trabalho apenas como ‘Jardim Botânico’), e dos visitantes do local. Tanto no que diz respeito a construção do espaço, suas potencialidades, formas de uso e a importância que toma no dia a dia dessas pessoas no que diz respeito às diferentes formas de apropriação, uso e relação desenvolvida com o espaço por esses grupos anteriormente citados.

Foi feita pesquisa bibliográfica sobre o tema, pesquisa documental sobre o Jardim Botânico, além disso foi realizada pesquisa de campo de natureza exploratória com fins qualitativos através da realização de entrevistas semiestruturadas, para coleta de informações com os moradores do bairro no entorno, além de entrevistas também com os visitantes abordados no Jardim Botânico e com o vice-diretor do Jardim Botânico. Também foram realizadas visitas prévias ao Jardim Botânico no intuito de conhecer o espaço.

1. O JARDIM BOTÂNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

O município de Juiz de Fora, que passou a ser considerado como tal em 31 de maio de 1850, após ser desmembrado de Barbacena, tem seu clima caracterizado como sendo subtropical de altitude e se subdivide de forma bem definida em dois momentos: de outubro à abril, onde tem sua precipitação pluviométrica mais concentradas devido a primavera, e conta também com temperaturas mais elevadas; além de outra estação, mais seca, que ocorre de maio a setembro, no inverno, onde as temperaturas da cidade ficam mais baixas e há uma menor precipitação de chuvas (BRITO; CARVALHO, 2014, p. 819).

Segundo o site oficial da prefeitura de Juiz de Fora, o município está situado a Sudeste do Estado de Minas Gerais, na mesorregião da Zona da Mata Mineira, e está à 310 km, aproximadamente, da capital mineira Belo Horizonte, sendo seus limites ao norte: Ewbanck da Câmara e Santos Dumont; a nordeste: Piau e Coronel Pacheco; a leste: Chácara e Bicas; a sudeste: Pequiri e Santana do Deserto; ao sul: Matias Barbosa e Belmiro Braga; a sudoeste: Santa Bárbara do Monte Verde; a oeste: Lima Duarte e Pedro Teixeira e a noroeste: Bias Fortes e Santos Dumont.

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: paiva_mah@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof^ª. Msc. Luciana Bittencourt Villela.

O principal rio que banha a cidade é o Rio Paraíba e seus afluentes, Rio Peixe e Rio Cágado, todos integrantes da Bacia do Paraíba do Sul. O Rio Paraíba, inclusive, passa próximo ao Jardim Botânico, e recebe *in natura* o esgoto doméstico e rejeitos industriais da cidade.

A área total do município é de 1.429,875 km², sendo deste 446,551 km² de área urbana e o restante (983,324 km²) área rural. A área da Mata do Krambeck, na qual se situa o Jardim Botânico, possui um total de 512 hectares de mata atlântica situada em meio urbano. Na época de sua criação, – através da Lei Estadual 10.943 de 27 de novembro de 1992 – incluía três propriedades: fazenda “Retiro Velho”, fazenda “Retiro Novo” e “Sítio Malícia”. No entanto, através da Lei Estadual 11.336, de 21 de dezembro de 1993, o “Sítio Malícia”, que viria a se tornar a área que hoje pertence ao Jardim Botânico, foi excluída da Área de Proteção Ambiental da Mata do Krambeck e passou a pertencer a uma empreendedora que pretendia usar o espaço, que passou por uma forte especulação imobiliária, para a criação de um condomínio ecológico luxuoso no local. A intenção gerou muitos debates, controvérsias e oposição, tanto da comunidade civil, quanto de organizações públicas e não-governamentais e órgãos ambientalistas, dado que para a construção do empreendimento seria necessário o desmatamento de parte da mata; para tanto, através de uma demanda popular pela não criação do condomínio, em agosto de 2009 a Universidade Federal de Juiz de Fora assinou uma declaração de intenção de compra do espaço, sendo que em fevereiro de 2010 o comprou efetivamente através de verbas de ementas parlamentares, visando transformar a área em um espaço de uso público não só para o bairro, mas para toda a cidade de Juiz de Fora.

O Jardim Botânico – UFJF é composto por uma área de 82 hectares, e se situa em meio urbano, mais precisamente no bairro Santa Terezinha, porção nordeste do município de Juiz de Fora – MG. Entre as espécies vegetais já catalogadas no espaço, segundo o *site* oficial do Jardim Botânico, podemos encontrar cerca de 500 espécies “(...) entre plantas nativas, ornamentais, populações raras ou em extinção, como pau-brasil e ipê roxo.” No entanto, como nos explica o vice-diretor do Jardim Botânico, o professor, biólogo, mestre e doutor em Ecologia Aplicada à Conservação e Manejo de Recursos Naturais, Breno Moreira, que atua no cargo desde 2017, essa catalogação é constante e permanentemente atualizada através de trabalhos de discentes da Universidade Federal de Juiz de Fora, das mais diversas áreas, mas principalmente da botânica, através de trabalhos de conclusão de curso, mestrados e doutorados. A área de floresta que compõe o Jardim Botânico é secundária, fruto de regeneração, serve de moradia para inúmeras espécies da fauna local, nascentes e colabora para o equilíbrio ambiental geral da cidade, como por exemplo, para seu microclima e preservação de biomas.

O espaço elenca entre seus objetivos ser uma área dedicada a “compreender e documentar a sociobiodiversidade de plantas através de pesquisas e coleções “ex-situ”, “in-situ” e em bancos de germoplasmas; Conservar a sociobiodiversidade de plantas através de programas de restauração ambiental e produção de mudas de espécies nativas; Fomentar o uso sustentável da sociobiodiversidade, através de programas de Educação Ambiental; Promover a educação e a consciência sobre a sociobiodiversidade; Capacitar recursos humanos para a conservação da sociobiodiversidade de plantas, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão, intercâmbios, bem como a articulação de redes de atores sociais” e teve sua abertura oficial em 12 de abril de 2019, no entanto, a área foi isolada alguns dias depois após ser avistada uma onça-pintada ameaçada de extinção no local. O Jardim Botânico foi efetivamente reaberto no dia 5 de junho, após a onça-pintada ser transferida em segurança para outra área florestal em Minas Gerais, depois de mais de um mês com as atividades do Jardim Botânico e seu espaço interditado. A aparição do animal, que não era visto há pelo menos 80 anos na Zona da Mata Mineira, causou muita curiosidade por parte dos visitantes e medo por parte dos moradores locais.

Além de ações de extensão, pesquisa e ensino, os quais o Jardim Botânico pontua entre seus propósitos, este se configura também como uma área de lazer para a população, sendo possível realizar inúmeras atividades, como um dos seis roteiros elaborados para os visitantes, a visitação do bromeliário e o orquidário, as galerias de arte da Casa Sede, o laboratório Casa Sustentável e a Trilha da Juçara, sendo possível que essas atividades sejam realizadas acompanhadas de guias monitores, tanto bolsistas como voluntários da Universidade Federal de Juiz de fora, dos mais variados cursos, principalmente da área de biologia e botânica.

O Jardim Botânico é composto por três conselhos: o conselho administrativo, que é um conselho deliberativo e que participa de forma ativa na tomada de decisões; o conselho técnico, que é consultivo, mas que também auxilia na tomada de decisões; e o conselho comunitário, que é estritamente consultivo. No entanto,

estuda-se a possibilidade de agrupar todos os conselhos e transforma-los em um só, para decisões mais integradas e um atendimento mais assentado das necessidades e atividades do Jardim Botânico.

No conselho comunitário possuem cadeira os moradores locais – de forma a garantir uma gestão mais participativa – organizações não governamentais (ONGs), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Polícia Militar ambiental e o Corpo de Bombeiros, criando assim uma gama de setores da sociedade civil e da sociedade acadêmica que se inter-relacionam para estipular direcionamentos e funções no que diz respeito ao Jardim Botânico, tanto em relação à área pedagógica, social e de preservação ambiental.

Além destes, professores da Universidade Federal de Juiz de Fora de diferentes departamentos, a pró-reitora de extensão, que atua realizando a coordenação das atividades, os técnicos da pró-infra que prestam auxílio no que se relaciona à estrutura, etc., tem função fundamental no desenvolvimento das atividades do Jardim Botânico, mesmo que de forma indireta, garantindo assim uma integração e participação coletiva de diversas áreas da Universidade de Juiz de Fora no que diz respeito ao auxílio de processos relacionados ao Jardim Botânico e seu funcionamento.

Entre as organizações públicas que participaram do processo de criação do Jardim Botânico, destaca-se a ONG Programa de Educação Ambiental de Juiz de Fora (PREA) e a Associação pelo Meio Ambiente – JF (AMAJF), que encabeçaram o movimento de obtenção de assinaturas e realização de abaixo-assinados tanto na mídia, quanto em audiências públicas e na câmara, para a construção do Jardim Botânico, sempre contando com grande apoio dos professores do departamento de botânica da Universidade Federal de Juiz de Fora e o apoio popular da associação de moradores. Garantindo assim que essa fosse uma intervenção mais pública do que privada, segundo o vice-diretor Breno Moreira. Houve também o apoio de políticos, vereadores e deputados que corroboraram com a causa e entenderam a importância de preservação dessa área e a destinação dela para uso público. Para isso, foram feitas consultas públicas com os moradores e desde o desenvolvimento do projeto, segundo o vice-diretor, foi estabelecida uma relação bem próxima entre a administração do espaço e toda a comunidade do entorno.

Contudo, os gestores encontraram entraves para a criação do espaço, sendo o principal deles de ordem econômica, no que diz respeito às verbas e as dificuldades financeiras que foram surgindo ao longo dos diferentes contextos históricos, ciclos econômicos e políticos. Devido a essa problemática, diversos projetos que se encontravam presentes no plano original do Jardim Botânico tiveram que ser repensados e pausados por tempo indeterminado como, por exemplo, o teleférico, o trenó de montanha, o sistema de monitoramento por câmeras, o estacionamento e outras estruturas e tecnologias que faziam parte do projeto original de 2010. Além disso, o fator econômico limita o Jardim Botânico no que diz respeito à criação de acessibilidades, por exemplo, para pessoas cadeirantes e com dificuldades de locomoção ou deficiência visual – estruturas estas que se demonstram essenciais para realização de um lazer autônomo e democrático. Além de que as limitações relacionadas ao orçamento também afetam a aquisição de equipamentos para os laboratórios já existentes, a contratação de pessoal que possua habilidades técnicas específicas para darem conta das demandas apresentadas pelo Jardim Botânico – que atualmente conta com 2 servidores e 62 monitores de 11 cursos de graduação –, as coleções botânicas – que ainda apresentam deficiências em recursos e que merecem atenção –, a criação de uma estufa de produção e reprodução de mudas, entre outros desprovementsos.

Além destes órgãos da sociedade civil, pública e do corpo docente e técnico da Universidade Federal de Juiz de Fora, o Jardim Botânico ainda conta com o engajamento dos próprios discentes e de pesquisadores, que possibilitaram com que mais 50 trabalhos fossem pensados e realizados dentro do espaço. Breno Moreira relata que: “Os pedidos de pesquisa não param de chegar, ainda se tem muito para explorar. O Jardim Botânico é uma ferramenta com um potencial muito grande, que a gente ainda precisa abrir os olhos e olhar com diferentes vieses para enxergar essas diferentes capacidades.”

Como órgão diretamente ligado à Universidade Federal de Juiz de Fora, fato que não deve ser esquecido, o espaço é principalmente voltado ao estudo, à pesquisa e à educação ambiental, sendo que este intento é atendido de diversas maneiras: o ensino se relaciona com as visitas escolares e com as aulas de campo que são lecionadas no espaço; a pesquisa é desenvolvida através dos trabalhos realizados no espaço; e a educação ambiental, que é um dos principais objetivos de todo e qualquer Jardim Botânico, se relacionam diretamente com a necessidade de conscientização e preservação do espaço. Segundo o vice-diretor, essa educação ambiental deve vir também acompanhada de um viés de justiça ambiental e politizado, que mostre

para a população o direito destes pela utilização do espaço, por um ambiente saudável e a necessidade de se lutar por isso.

Diante desse estímulo pelo reconhecimento e desenvolvimento de possíveis laços de pertencimento para com o espaço, foi questionado para o gestor de que forma se acredita que a construção do Jardim Botânico alterou ou alterará os modos de vida da população, ao ponto que Moreira considera que o Jardim Botânico será um fator que elevará muito a qualidade de vida da população do município, criando amplas possibilidades de lazer, de estudo, de aprendizado pedagógico e de educação ambiental.

Para além dos moradores, o Jardim Botânico é um espaço que se volta para todo o público da cidade, recebendo em cerca de 400 visitantes por dia semanal de funcionamento – de terça-feira à sexta-feira –, sendo que a entrada destes é feita por meio de rodízio de 150 pessoas no local por vez, sendo 50 dessas pessoas participando de visita escolar e 100 pessoas realizando visita espontânea, porém nos dias de elevada demanda como domingos e feriados esse número aumenta e varia entre 1.000 à 2.000 pessoas.

2. SÍNTESE HISTÓRICA E A IMPORTÂNCIA DE ÁREAS PROTEGIDAS

A inserção dos Jardins Botânicos na vida cotidiana e em espaços urbanos é remota, podendo tanto ser associadas aos Jardins Babilônicos, segundo Gastal e da Silva (2014), que são construções consideradas uma das sete maravilhas do mundo antigo. Ou ainda, é possível que se remeta ao século XII, “quando os ingleses criaram o que Choay (1999) denomina como jardins de divertimento” (GASTAL; DA SILVA, 2014, n.p.), sendo neste momento que os Jardins adquiriram uma função utilitária e pública, que permitia um lazer descrito como “mais ativo”, a partir da inserção de equipamentos, para além do valor puramente estético e contemplativo que estes lugares eram dotados. Já segundo Loboda e De Agelis (2005, p. 127) a gênese do que hoje são consideradas as áreas verdes urbanas remota à dois diferentes contextos: no Egito – considerado berço da jardinagem ocidental – e na China – “(...) “pátria” dos jardins naturalistas”, considerado desta forma pela inserção de elementos da natureza em suas construções e por possuírem uma finalidade religiosa, que faz com que cada um dos elementos inseridos neste espaço possua uma finalidade e propósito, dotando os de “significado simbólico próprio”. Segundo estes autores

Até o século XVIII a tradição da jardinagem egípcia [...] é transmitida através dos gregos, dos persas, dos romanos, dos árabes, dos italianos e dos franceses, imperando no Ocidente sem nenhuma influência da jardinagem chinesa. Os jardins do antigo Egito reproduzem-se, em menor escala, o sistema de irrigação utilizado na agricultura, cuja função primeira é o de amenizar o calor excessivo das residências (LOBODA; DE ANGELIS, 2005, p. 127)

Estes espaços, segundo estes autores, só assumem função pública na Grécia, quando passam a “serem considerados locais de passeio, conversa e lazer da comunidade” (LOBODA; DE ANGELIS, 2005, p. 127). Já no contexto Romano é possível identificar a síntese dos espaços verdes de lazer no âmbito da “*Villa*”, tipo de moradia campestre característica da aristocracia romana para usufruto nos momentos de ócio. “A *villa* era local do *otium*” (AMBRÓZIO, 2005 p. 105), sendo *otium* definido como momento de “(...) cessação do trabalho, repouso ou quietação está ligado a palavra grega *skholé*, designando esta tempo livre, lazer, descanso, mas também estudo (...) ocupação voluntária de um homem com ócio, livre do trabalho servil” ou seja, um espaço para encontrar “a tranquilidade e a simplicidade do campo, distante da movimentada Roma”. Estes espaços descritos ainda por Loboda e De Angelis (2005), como “pequenas cidades”, tiveram seus jardins transformados em espaços de lazer, assumindo funções de parques públicos devido ao seu tamanho e grande número de frequentadores. No entanto, esse panorama se modificou com o fim do Império Romano, e estes espaços retomaram sua função inicial de habitação rural e moradia para férias. Neste momento, início da Idade Média, alterou-se a forma como eram estabelecidos os Jardins Urbanos, sendo agora locais menores e internos, que cumpriam funções e formas de jardinagem específicas, constituindo-se, sobretudo de plantas frutíferas e aromáticas. Nesta época, também é possível observar um declínio nas manifestações com valor artístico e estético, no que hoje é conhecido como “A Idade das Trevas”, sendo apenas retomada e revalorizada essas formas de expressão novamente a partir do Renascimento – meados do século XIV até o fim do século XVI – quando se passou a combinar a estrutura dos Jardins com construções arquitetônicas ornamentadas e detalhadas, produzindo assim espaços com “alto valor artístico” (LOBODA; DE ANGELIS, 2005, p. 128).

É possível observar então, que ao longo da história, apesar dos espaços verdes, jardins urbanos e praças, por exemplo, desde muitos séculos atrás fazerem parte do contexto e imaginário social – Adão e Eva, personagens bíblicos representados num Jardim: o Jardim de Éden, no início da criação humana – há modificações em suas estruturas, formas de uso, construção e inserção na vida cotidiana, sendo apenas no século XIX, segundo Gastal e Da Silva (2004, n.p.) que estes espaços se legitimaram como “grandes espaços verdes públicos”, a exemplo de “*St. James e Regent’s Park*, na Inglaterra; o *Tiergarten*, na Alemanha; o *Tivoli*, na Escandinávia”.

Na atualidade, segundo estimativas do *Botanic Gardens Conservation International* (BGCI, 2010) há um número anual de visitantes nos parques botânicos por volta de 200 milhões (GASTAL; DA SILVA, 2014, n.p.) Sendo que no Brasil, um dos Jardins Botânicos de maior destaque, o Jardim Botânico de Curitiba, recebeu em sua primeira edição do “Férias no Botânico”, realizada em 2019, cerca de 3,3 mil pessoas entre o dia 3 de janeiro e 15 de fevereiro. A programação contava com um roteiro que visava a maior aproximação do público com a natureza e com as estruturas presentes no Jardim Botânico de Curitiba através de um roteiro diferenciado, sendo constatado que além do público do estado, cerca de dois mil visitantes eram de outras localidades e estados e 138 pessoas eram estrangeiras.² Já no caso do Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora, inaugurado originalmente em 12 de abril 2019, teve em seu primeiro dia de abertura um total de 860 visitantes, número que superou as expectativas.³

Hoje, é possível observar, que além da função de lazer e contemplação, os Jardins Botânicos assumem um papel importante para conservação da natureza e desenvolvimento de pesquisas, além dos valores simbólicos, culturais e estéticos e cumprir funções sociais e ecológicas (Rocha, 1999 apud Parreiras, 2003, p. 35), sendo também desta forma uma das ferramentas essenciais “no esforço mundial para superar os problemas ambientais do presente, por meio do desenvolvimento das práticas de conservação e preservação da diversidade biológica, da flora em particular” (PARREIRAS, 2003, p. 36). E o Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora, em específico, possui uma particularidade, que é se situar dentro de uma Unidade de Conservação, a Mata do Krambeck. Essa Área de Proteção Ambiental (APA) conta com 291 hectares de mata preservada, se configurando como uma das maiores reservas de Mata Atlântica em área urbana do país. A área que até poucos anos atrás era coberta de plantações de café – resquícios de suas primeiras ocupações – hoje vem se regenerando naturalmente.

No entanto, essa Área de Proteção Ambiental (APA) recentemente foi submetida a estudos do IEF (Instituto Estadual de Florestas) – que realizou de maio a junho de 2018 consultas públicas para coleta de opiniões – visando a possibilidade de alteração de seu regulamento e a futura transformação do espaço em Parque (que se configura como uma das categorias de Unidade de Proteção Integral), o que além da preservação já estabelecida no espaço através da APA (Unidade de Uso Sustentável), realizaria ainda a desapropriação de seus espaços conhecidos como “Retiro Velho”, pertencente à família Surerus e “Retiro Novo”, ainda pertencente à família Krambeck, para garantia da proibição do manejo da mata ou a interferência de ação humana, possibilitando assim, sua preservação permanente.

As Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável são duas categorias de Unidades de Conservação. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, Unidades de Conservação “são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente.” Costa e Câmara [2015, n. p.] descrevem que “A criação das unidades de conservação no mundo atual vem se constituindo numa das principais formas de intervenção governamental, visando reduzir as perdas da biodiversidade diante da degradação ambiental imposta pela sociedade”

Estas Unidades de Conservação cumprem uma legislação própria, formulada no SNUC – expresso pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação) – e que conta com 12 categorias de manejo, cada uma destas se diferenciando quanto à forma de proteção e uso permitido.

As Unidades de Proteção Integral, segundo alguns autores, como Vallejo (2003) *apud* Costa e Câmara (2015, n. p.) são uma forma de gerenciamento de Unidades de Conservação derivado do modelo americano que se espalhou pelo mundo numa perspectiva dicotômica entre “povos” e “parques”. No entanto, estes autores argumentam que “Partindo do princípio de que a presença humana é sempre devastadora para a natureza, deixaram de ser considerados os diferentes modos de vida das chamadas “populações tradicionais”

existentes em outros países como na América do Sul e África.” [2015?, n.p.] O marco considerado para esse tipo de administração é o parque Nacional de *Yellowstone*, nos Estados Unidos, criado em 1872. Segundo Milano (2001) *apud* Carvalho (2008, n.p.) os criadores do parque foram

Impulsionados pela paisagem do local e conscientes da sucumbência de inúmeros outros locais com características análogas, os pioneiros entenderam pela necessidade de preservar aquela área para que as próximas gerações também pudessem desfrutar de tal maravilha, sendo a criação do parque aprovada pelo Congresso que, posteriormente, destinou a área para a preservação, lazer e benefício das gerações futuras, proibindo qualquer exploração que alterasse suas características naturais.

O que Diegues (2008, p.15) descreve como sendo um esforço derivado do contexto de rápida expansão urbano-industrial ocorrida nos Estados Unidos e impulsionado por teorias preservacionistas que levaram à criação destas ‘ilhas’ de conservação ambiental, garantindo a manutenção, preservação e miríade destes espaços.

No entanto essa forma de administração se mostra não condizente com realidade dos mais diversos contextos e formas de organização social, sendo assim necessário se pensar novas formas de gestão destes espaços. No contexto brasileiro essa demanda é atendida pelo SNUC, que garante de certa forma a participação das populações autóctones de forma a asseverar o direito ao espaço e aos recursos naturais, através de conselhos, consultas públicas, planos de manejo, etc., para isso levando em conta uma gestão participativa que atenda as demanda e necessidades destes grupos.

No entanto, Barbosa e Santos (2014, n.p.), nos lembram de que muitas vezes:

(...) a resistência por parte dos grupos locais [para a criação de Unidade de Proteção Integral] se apoia no fato de que as UPI's sejam resultados de medidas compensatórias (Condicionantes Ambientais, previstas no Artigo 36 do SNUC, para os investimentos governamentais ou privados que venham impactar/degradar, de algum modo, o meio ambiente), para empreendimentos que causem significativos impactos ambientais, obrigando-os a apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral (SNUC, 2004).

Como é o caso da Mata do Krambeck, que terá o orçamento para a construção do Parque advindo de compensação ambiental – no entanto, para analisar a fundo a percepção dos moradores neste caso específico, seriam necessários novos estudos posteriores para investigação e possível análise.

Esse desagrado por parte da população local muitas vezes são a causa de conflitos entre moradores e gestores, e se dá porque “[...] os investimentos são implementados em regiões bem distantes de onde são criadas as Unidades de Conservação, daí a não compreensão e/ou não aceitação das UC's pelas populações atingidas” (BARBOSA; SANTOS, p. 2008, n.p). Ou seja, há uma construção – com grande impacto e prejuízo ambiental – que leva a construção de uma Unidade de Proteção Integral, por exigência do artigo 36 do SNUC, que por sua forma de administração torna obrigatório a desapropriação dos moradores locais do espaço, que perdem suas propriedades e devem readequar seus modos de vida em novos espaços, e que, no entanto não são “beneficiadas” com o desenvolvimento esperados dos grandes empreendimentos construídos, porque na verdade, muitas vezes, estas nem mesmo estão próximas das localidades utilizadas para a criação das UPI's. Barbosa e Santos (2008, n.p) ainda relatam que

a partir das compensações ambientais, a legislação privilegia a soberania de grandes empresas dando condições a mesmas para manterem a continuidade de suas ações degradadoras. Assim, ao tempo provoca mudanças no modo de vida de inúmeras comunidades, que passam a sofrerem duplamente os impactos dessas ações, globalmente e localmente.

No entanto, aos olhos de muitos autores, essas áreas verdes – tanto as Unidades de Proteção Integral, quanto as Unidade de Uso Sustentável – são fundamentais ferramentas para a vida no contexto urbano. Para além da beleza estética, estes espaços servem como purificadores do ar poluído dos grandes centros urbanos,

por exemplo, além de ser um refúgio “distante” da vida cotidiana, onde as pessoas buscam pelo descanso e maior contato e conexão com a natureza. Segundo Brouwne & Whitaker (1973) apud Viana *et al.* (2014), estes espaços seriam “destinado a caminhadas, encontro das pessoas, contato com ar limpo e rompimento com a rotina de trabalho ocasionando, assim, uma melhoria na saúde física e mental destes.” (p. 4045) servindo como uma forma dos indivíduos recarregarem as energias físicas e emocionais.

Por ser um espaço de usufruto “do” e “para” o povo é essencial, para tanto, que suas demandas e necessidades sejam ouvidas, se alinhando aos interesses destes desde sua formulação, planejamento, implementação e gestão. Segundo Viana *et al.* (2014), ao citar Hildebrand (2001),

o planejamento e a implantação de áreas verdes urbanas também devem considerar as características, as necessidades e opiniões da população pré e pós-inauguração, e os objetivos ou funções de cada área em relação a estes aspectos. Segundo a autora, estes procedimentos colaboram para ajustar função e uso, podendo se tornar eficientes ferramentas para o planejador na busca de uma melhor qualidade destes espaços (p. 40-45).

3. PERCEPÇÃO DOS MORADORES E VISITANTES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO DA UFJF

Buscamos, neste momento, através de uma pesquisa exploratória de fins qualitativos, analisar os dados obtidos a partir de dois questionários – um deles direcionado a moradores e outro direcionado aos visitantes do Jardim Botânico para investigar de que modo esse espaço verde urbano se insere no cotidiano destes grupos, de modo a alterar seus modos de vida e percepção do espaço. Além também de buscar identificar possíveis divergências e demandas destes grupos em detrimento daquelas pontuadas e formuladas pelos gestores e planejadores do Jardim Botânico. Os dados obtidos foram agrupados por questão de semelhança e quantificados a fim de demonstrar quais as mais frequentes respostas, para, desta forma, mensurar de que maneira, em maior ou menor grau, o Jardim Botânico se consolida na forma de percepção e vivência dos grupos, visando também e comparação de respostas de um grupo para com o outro.

Os questionários foram previamente estruturados e aplicados no período de 17 de junho a 23 de junho de 2019. Os moradores presentes nos arredores da área do Jardim Botânico foram abordados de forma espontânea em suas casas ou comércios, e ainda aos visitantes que se encontravam na área do Jardim Botânico usufruindo do espaço.

Foram realizadas entrevistas com 14 moradores de 21 a 75 anos, sendo a média de idade 46 anos sendo que 5 destas pessoas possuem ensino médio completo, 5 possuem apenas o fundamental e 4 possuem ensino superior. Já a renda média familiar predominante é de 1 a 3 salários mínimos, que se configura como sendo a renda de 9 dos entrevistados, sendo que 3 pessoas possuem renda de 3 a 5 salários mínimos e 2 pessoas possuem renda de 5 salários mínimos ou mais.

Sobre o tempo de moradia dos entrevistados no bairro, 6 deles nos informaram residir no bairro há mais de 20 anos, 4 moram há mais de 10 anos, e outros 4 moram há menos de 10 anos, sendo que o registro de menor tempo de moradia na região foi o período de 3 anos e o maior período de moradia relatado é de 45 anos no bairro.

Neste ponto do questionário, por serem questões abertas e com amplas possibilidades de respostas, é possível que o mesmo entrevistado tenha elencado mais de um ponto referente à sua perspectiva e vivência, sendo assim, separamos respostas semelhantes em grupos, no entanto, consideramos ainda a possibilidade de mais de uma resposta por entrevistado.

Referente às alterações percebidas com relação à infraestrutura, dinâmica e relações desenvolvidas no bairro 4 pessoas relataram que uma das principais modificações sofridas foi a construção de prédios; o aumento da circulação de carros, inclusive do engarrafamento e das dificuldades no trânsito, está presente nos relatos de 4 pessoas e outras 4 também relataram modernização no bairro, aumento do fluxo de pessoas e maior quantidade de comércios; Cinco pessoas não identificaram alterações no bairro no seu período de moradia no mesmo, e essa ausência de percepção não está diretamente ligada com o pouco tempo de moradia. Entre todos os entrevistados, apenas uma única pessoa citou o Jardim Botânico entre as alterações presentes no bairro de Santa Terezinha, sendo que a mesma atribui sentido negativo à construção em seu relato devido ao engarrafamento gerado, ao grande número de carros nas vias e estacionados, até mesmo na frente de sua casa,

o que, segundo ela, é um fator que gera incomodo não apenas para si mas também para diversos outros moradores.

Sobre os problemas enfrentados, atualmente, no bairro pelos moradores o principal ponto citado foi o engarrafamento e problemas de trânsito elencado por 4 dos entrevistados; 2 pessoas relataram as dificuldades enfrentadas devido à falta de posto de saúde no bairro; 2 pessoas citaram as dificuldades enfrentadas pela superlotação gerada por pessoas de fora do bairro que vão para o mesmo para visitas ao Jardim Botânico e à Igreja do bairro aos domingos, fazendo com que os moradores percam seus espaços; 2 pessoas citaram os problemas com alagamentos; e outras 2 citaram os problemas de precariedade do asfaltamento das vias e ruas esburacadas. Outros problemas também citados por alguns foi o descaso da prefeitura, o barulho, o aumento dos usuários de drogas e de bares noturnos e a falta de sinalização de trânsito. Três pessoas consideram que o bairro não tem problemas.

Já com relação aos aspectos positivos 5 moradores relataram que o principal benefício de se morar no bairro é o amplo comércio e serviços como mercado, bancos, etc. que facilita suas vidas e evita deslocamentos até o centro da cidade, oferecendo assim comodidade e praticidade para os mesmos; 4 entrevistados relataram que o bairro é muito tranquilo e calmo; 4 pessoas elencaram a proximidade e união dos vizinhos como um dos aspectos positivos; 3 pessoas ressaltaram que o bairro é muito seguro; 2 consideram que a proximidade do bairro com o centro da cidade é seu principal aspecto positivo e apenas 2 pessoas relataram que o bairro não possui nenhum aspecto positivo, sendo que uma delas complementou sua fala, dizendo que a não ser para quem tem comércios e a outra, apesar de não considerar nenhum aspecto positivo, relatou que, em contrapartida, não há também nenhum aspecto negativo.

Situado em um bairro pacato e tranquilo, como descrito pelos próprios moradores, foi questionado qual o impacto sentido ou esperado por eles com a construção de um espaço como o Jardim Botânico, sendo que a maior parte deles entende a construção como positiva e benéfica, se relacionando no que diz respeito a se consolidar no espaço do Jardim Botânico mais um ambiente de lazer, diversão e passeio para os moradores do bairro e da cidade no geral; Apenas 4 dos entrevistados, em contrapartida, identificam que o principal impacto é o engarrafamento e prejuízos para o trânsito do bairro; 2 pessoas descreveram o “tumulto” como o principal impacto; e 2 pessoas pontuaram em sua fala, de modo positivo, o fato de atrair mais pessoas para o bairro, gerando visibilidade para o mesmo – e conseqüentemente, investimentos; 2 pessoas consideraram o principal impacto a movimentação que trouxe para o comércio. Apenas 2 pessoas consideram que não trouxe, nem trará impacto nenhum para o bairro.

Sobre a importância da criação do Jardim Botânico, não só para o bairro, mas também para a cidade no geral e nas demais perspectivas além do impacto direto como questionado anteriormente, 10 pessoas consideram importante a criação do Jardim Botânico, sendo que entre as justificativas apresentadas estão em maior número a aproximação e incentivo do contato com a natureza, citado por 4 pessoas; outras 4 pessoas consideram importante porque é um espaço para preservação, tanto da mata quanto das espécies presentes – uma das entrevistas pontuou ainda a importância da preservação da história e memórias do local; 1 dos entrevistados considera que a importância está em ser um local para passeio e diversão; outros 2 citam a importância de um espaço verde em meio a cidade. A importância de um espaço desses como forma de incentivar os indivíduos a saírem de suas casas e aproveitarem a natureza, ainda mais na “era da tecnologia” na qual nos encontramos, aparece em 2 relatos – sendo que estes dois indivíduos reforçaram a importância desse incentivo principalmente às crianças. 1 pessoa citou a importância que o Jardim Botânico têm para se reforçar a consciência ambiental entre a população.

Outros pontos citados foram a beleza estética, a possibilidade de se realizar caminhadas, e ser “melhor que um condomínio”. Um dos entrevistados ainda relatou reconhecer a importância do espaço para Juiz de Fora, no quesito aproximação do público com áreas verdes, mas não identifica importância do espaço para o bairro em si, assim como outro entrevistado, que apesar de não considerar importante o Jardim Botânico para o bairro – relatando que “não trouxe benefício nenhum”-, o considera importante para estudantes, por exemplo, já que o Jardim Botânico também é um espaço de estudo e pesquisa. Apenas um dos entrevistados relatou que o Jardim Botânico não faz diferença nenhuma, de nenhuma perspectiva. E por último, outro relatou que acha “um desperdício”, já que o bairro tem outras demandas mais importantes – como a construção de um posto de saúde – em detrimento de mais uma área de lazer, que ele não considera como essencial para os moradores, no momento.

Os moradores também foram questionados sobre a possibilidade de o Jardim Botânico trazer e ajudar no desenvolvimento do bairro e do município, sendo que 9 deles consideram que a criação do Jardim Botânico trará mais pessoas pro bairro, o que consequentemente gerará mais investimentos para a região e lucro para o comércio; 2 consideram que esse desenvolvimento não pode ser verificado de imediato, mas que possivelmente trará desenvolvimento e investimentos futuros; 2 pessoas consideram que o Jardim Botânico trouxe desenvolvimento para o bairro através do lazer. Apenas 1 pessoa considera que a construção do Jardim Botânico não trará desenvolvimento para o bairro e para o município, pois este se configura como apenas “mais uma forma de lazer”, não gerando renda e benefícios práticos na vida dos moradores.

Além de que, 5 pessoas relataram já terem visitado o Jardim Botânico, sendo entre os pontos destacados a beleza e a estrutura do mesmo. Entre todos que foram destaca-se a animação e satisfação para com o espaço. 9 relataram não terem ido por falta de tempo, interesse ou medo da onça-pintada.

Foi possível perceber também durante o percurso realizado para abordagem de pessoas para realização de pesquisa e aplicação do questionário certa proximidade entre os moradores do local, que se reuniam em calçadas e janelas para conversarem. Muitos moradores, inclusive na pacata rua na qual se localiza o Jardim Botânico (Rua Santa Terezinha), já moram na região há anos e, quando abordados, lembraram momentos de sua própria infância ou de seus filhos, deixando claro o vínculo afetivo e de pertencimento desenvolvido com o espaço.

Uma moradora (58 anos), apesar de concordar que o Jardim Botânico se configura como mais um espaço de lazer – espaços estes, no qual Juiz de Fora é carente, em sua opinião – para ela, a criação deste espaço fez com que os moradores “perdessem” um local deles, onde as crianças entravam para brincar e se banharem no açude ou comerem frutas diretamente das árvores – perderem entre aspas, porque esta reconhece que o espaço não era efetivamente dos moradores. Além de que o fluxo de visitantes atraídos pelo Jardim Botânico é considerado por ela um problema, já que a mesma não tem direito de estacionar o carro na frente de sua própria casa, devido as vagas ocupadas pelos visitantes. Ela relata: “Eu vejo o tempo todo as pessoas reclamando que não conseguiram chegar em casa, que tinham outros carros parados na entrada de suas garagens”.

Outra moradora concorda e relata que o principal impacto do Jardim Botânico para o bairro foi o trânsito. No entanto, considera que foi uma “(...) construção positiva, porque é mais uma área de lazer em Juiz de Fora. É um local bonito que as pessoas precisam aprender a visitar, porque não é comum ver um espaço de fauna e flora assim tão de pertinho”.

Foi possível constatar também, que apesar de alguns moradores relatarem que um dos principais impactos do Jardim Botânico para o bairro ser o lucro e a movimentação econômica gerada para o comércio da região, a avenida principal e mais movimentada do bairro, a Av. Ruy Barbosa, a qual recebe o maior fluxo de comércio, pessoas e movimento, é possível perceber que a maior parte dos proprietários dos comércios – abordados por mim, no meu esforço de aplicar o questionário - nem mesmo são moradores do bairro, diferente do comércio das ruas mais próximas do Jardim Botânico. Conversamos informalmente com um senhor – que não nos cedeu entrevista – que relatou ter aberto seu comércio, uma pequena lanchonete, na rua do Jardim Botânico, visando a inauguração do mesmo e o

lucro esperado pelo fluxo de pessoas que seria gerado naquela rua.

O relato de outra moradora (31 anos) demonstra satisfação: “Vai ser uma opção de lazer novo, porque ‘tá’ todo mundo cansado. O que tem em Juiz de Fora? Museu e Parque da Lajinha... e a UF ‘né’?! (...) Eu acho que assim, tá todo mundo bem cansado e quer fazer coisa diferente.” Tal fato pode ser observado também na fala dos visitantes do Jardim Botânico – sendo estes 16 no total, 11 mulheres e 5 homens, com idade entre 19 e 57 anos. 10 possuem renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos, 3 possuem renda familiar de 3 à 5 salários mínimos, e uma possui renda de mais de 5 salários mínimos, sendo que outras 2 pessoas não quiseram responder.

Já com relação a escolaridade, em detrimento dos moradores, é possível observar um maior grau de formação sendo que 6 entrevistados relataram possuírem ensino superior completo, além de mestrado e doutorado, 6 são ainda estudantes de ensino superior; 2 possuem ensino médio completo e apenas 2 possuem apenas o ensino fundamental. Diferença essa pode ser observada com relação a profissão exercida também, enquanto 5 moradores se consideram autônomos, comerciantes ou empresários por possuírem pequenos comércios na região, apenas dois entrevistados trabalham por conta própria ou tem o próprio negócio.

Entre a motivação apresentada para a visita ao Jardim Botânico está a curiosidade, pontuada por 5 dos entrevistados; outras 5 pessoas relataram o contato com a natureza, ouvir o barulho dos pássaros, estar perto de coisas que não estão presentes na cidade, como a calmaria – ressaltando a importância das áreas verdes e matas como um refúgio longe do “caos” da cidade –; 4 outros entrevistados relataram o desejo de levar os familiares – principalmente as crianças – e o encontro com amigos e outras 2 pessoas disseram que a principal motivação foi ‘conhecer um lugar onde nunca imaginaria que estaria, por ser tratar de uma mata fechada e o desejo de conhecer “a paisagem e as histórias que são diferentes e trazem certa curiosidade. As lendas, algumas coisas que já aconteceram aqui e também pela beleza do lugar”.

Entre aqueles presentes no espaço e que relataram frequentar outras áreas verdes como forma de lazer, indicaram principalmente terem o costume de visitar o Parque da Lajinha, o Museu Mariano Procópio e o espaço verde presente na Universidade Federal de Juiz de Fora, sendo que 2 das entrevistadas relataram não terem o hábito de visitar áreas naturais pois consideram que Juiz de Fora não tem muitas, sendo que uma dessas pontuou que o motivo de sua falta de hábito de frequentar esse tipo de espaço se dá porque as áreas verdes de lazer presentes na cidade de Juiz de Fora a mesma já foi e não tem interesse em retornar, sendo possível perceber então a necessidade de se ter esse “lazer diferente e novo” pontuado anteriormente, a necessidade de mais áreas verdes e que se consolidem como um novo hábito. Outras 3 pessoas relataram não visitar por não gostarem de inseto, por falta de tempo ou por simplesmente não gostarem deste tipo de lazer. Além destes, 5 pessoas relataram visitar sim áreas naturais, mas em outras cidades, como Ibitipoca – MG, Piau – MG, Rio Pomba – MG e Tocantins - MG.

Sobre a forma que os levou, a saber, da existência e construção do Jardim Botânico 4 das entrevistadas relataram terem recebido a notícia por meio da UFJF já que são estudantes da universidade; 6 pessoas relataram terem ficado sabendo do espaço por meio da internet ou mídias sociais; 5 pessoas ficaram sabendo através da televisão. 1 entrevistado relata que descobriu através de pesquisa na internet, já que por estar vindo de Valença - RJ procurou saber quais eram os pontos turísticos de Juiz de Fora e o mecanismo de busca apontou o Jardim Botânico como sendo um deles. Ao terem também que classificar o quesito divulgação em bom, regular ou ruim, 2 dos entrevistados pontuaram que a mesma foi ruim; 3 consideram regular e 11 consideram boa.

Doze visitantes consideram o acesso até o local bom e 4 consideram regular, sendo que um deles explicou que só conseguiu chegar até o local pois já conhece a cidade, mas que visitantes de fora teriam dificuldades para encontrar o local – o que acaba sendo problemático, já que como exposto anteriormente muitos dos moradores consideram que o principal impacto e benefício seria atrair público externo e visitantes que movimentariam a economia local, sendo que essa dificuldade poderia gerar aborrecimentos e desistência de algumas pessoas de visitar o espaço. O fato se corrobora quando questionados sobre a sinalização externa, que 5 dos visitantes consideraram ruim; 4 relataram considerar regular, dado a necessidade de ter que se pedir informações e não ver nenhuma placa que sinalizasse ou indicasse a localização do Jardim Botânico e 7 consideraram boa. 11 pessoas consideraram a sinalização interna boa; 2 a consideraram ruim e 3 consideraram regular.

Sobre a segurança do espaço 12 pessoas consideraram boa, 3 consideraram regular por terem visto poucos ou não terem identificado os seguranças e uma não soube responder.

Sobre as demais infraestruturas do espaço, como serviço de sanitários 5 pessoas não souberam responder quando questionadas, sendo que alguma delas relataram nem saberem onde ficava – o que, por um lado, demonstra que apesar de terem elencado a sinalização interna como boa, há precariedade em alguns aspectos, como na sinalização desse tipo de serviço – assim como pontuado por um dos entrevistados; além deste 6 outras pessoas consideram a estrutura boa, principalmente devido a limpeza; e 2 consideraram regular e 1 considerou ruim;

Foi possível perceber também, através das entrevistas, a ausência dos serviços de alimentação, sendo que 3 dos entrevistados relataram “não fazer falta” ou concordarem de não ter tal serviço para “não acumular lixo no espaço”. Sendo que 3 visitantes, quando questionadas sobre o que faltava no espaço pontuaram que “alimentação, lanches naturais que combinem com o espaço e água.” No entanto, apesar de não possuir serviços de alimentação no Jardim Botânico, logo na sua entrada é possível observar, do lado de fora, pessoas vendendo alguns quitutes, salgados, brigadeiros, etc.

Quatorze visitantes consideraram os espaços de lazer bons, 1 não soube responder e outro considerou regular pois “não tem nada para fazer”. As respostas positivas decaem quando relacionada as atividades de

lazer, sendo considerada boas apenas por 10 dos visitantes. 6 pessoas não souberam responder ou consideraram ruins por não terem visto nenhuma atividade de lazer, o que denota a falta de informação que é passada para os visitantes, já que segundo a administração do espaço e a fala do segurança que fica na portaria há guias no espaço para a realização das trilhas, por exemplo.

Já a conservação ambiental do espaço foi considerada ruim para 1 pessoa que considera haver precariedades na manutenção e na limpeza do local, relatando haver muita sujeira, essa visitante (57 anos) relata ter “pacote de biscoito na grama”; 1 considerou regular; e uma outra pessoa relatou não saber responder, pois já que se trata de uma construção nova e em “fase de finalização, então tem alguns pontos que ainda ‘está’ faltando bastante”; já os outros 13 entrevistados consideraram a conservação boa – sendo que uma delas (47 anos) acredita que apenas por enquanto, porque pontua que com a interferência humana daqui um tempo o lugar vai estar degradado, acrescentando que: “não vai ter mais nenhuma árvore aqui, tudo que o ser humano entra acaba”.

Assim como as primeiras teorias preservacionistas, de que qualquer relação homem-natureza por si só é degradante, essa entrevistada que pontua que “tudo que o ser humano entra acaba”, também relata que não acha importante a criação do Jardim Botânico para Juiz de Fora, pois acredita que nem mesmo deveria ser aberto ao público, segundo sua fala “deveria ser uma mata fechada e preservada”, não acreditando no propósito de preservação que o Jardim Botânico pontua em suas próprias metas.

Apenas outro visitante (33 anos) considera que a construção do espaço tem pouca relevância para Juiz de Fora, dizendo que: “não tem muito que fazer, é só ficar sentado curtindo a natureza [...]”, não sendo relevante “porque tem outros lugares, que nem eu falei: parque da lajinha... tem outros lugares que é a mesma coisa daqui”. Em detrimento destes 2 visitantes relatam que a preservação é um dos principais pontos que garante sua importância dentro do contexto da cidade. Outro visitante (38 anos) diz que é “importante pela valorização da mata, das pessoas entenderem que temos um bem precioso aqui, e para o turismo”, assim como outras 3 pessoas que pontuaram o espaço como visitante fomento para os turistas e para atrair novos visitantes para a cidade. 2 visitantes ressaltam a importância de ser ter uma área verde em meio a cidade, sendo que um deles (37 anos) completa que é “[...] a questão do espaço, da área verde. É um ambiente muito familiar, então os benefícios que traz pros moradores é o espaço, caminhada, poder tá aqui com amigos com família, é um momento que se afasta da tecnologia e conhece e se diverte” além desta uma outra pessoa citou a relevância do espaço como “um lugar para se estar com a família” e outras 4 como “espaço de lazer”, principalmente para a zona norte da cidade que é carente desse tipo de lazer, caracterizando-se como “um espaço novo, uma oportunidade nova, um lazer diferente sem consumismo para mais contato com a natureza” (Homem, 29 anos). Uma pessoa pontua que a principal relevância é o conhecimento sobre a natureza, principalmente em meio urbano; e outra entrevistada, assim como muitos dos moradores, considera que o principal impacto se dá principalmente no âmbito econômico.

Já quando questionados sobre a importância da construção para a preservação da Mata do Krambeck, 2 pessoas não souberam responder; 2 pessoas consideram que a construção do Jardim Botânico irá degradar a mata, culpando principalmente a falta de manutenção que levará a isso e o governo que não dá a relevância necessária para o espaço, segundo essas entrevistadas: “eu acho que teoricamente na visão das pessoas vai ser importante porque vai conservar mais, mas na minha opinião eu acho que vai destruir mais, porque a partir do momento que as pessoas sabem da existência desse lugar e que elas vão vir pra cá, mesmo que boa parte dessas pessoas não faça pichações ou jogue lixo nos cantos, sempre vai ter aquela pessoa que vai fazer, por exemplo quando a gente entrou aqui, no primeiro lago tinha uma bolinha de plástico naquele lago, então isso já é um indicio que tem pessoas sujando isso aqui” (Mulher, 47 anos) e “se aqui não tiver manutenção adequada, eu acho que vai prejudicar... ‘é uma cadeia né’ eu acho que isso vai prejudicar a mata... eu falei com meu marido, não demora muito isso aqui vai tá fechado de novo.. porque aí já vai falar que a faculdade não tem como manter, não tem como colocar funcionário, a universidade não tem verba, o governo acho que não tá priorizando isso, não tá valorizando esse tipo de ação, entendeu, acho que vai acabar, não demora muito eu acho que isso aqui fecha de novo”(Mulher, 57 anos). Já os demais entrevistados, em detrimento destes relatos posteriores, argumentam que “[...] o Jardim é importante porque reforça a relevância da mata, dos recursos naturais e o Jardim Botânico é uma forma de reforçar a existência da mata e de que não seja construído nada no local”, a preocupação com a destruição e desmatamento da mata para a construção de outros empreendimentos é também mais claramente reforçada na resposta de 4 outras entrevistadas que relatam considerar a construção “importante, porque ao redor da mata ‘tá’ em construção, por ex. com o jardim norte, a igreja que é muito grande

perto da mata e o jardim se configura como um empreendimento que marca o início da preservação da mata” (Mulher, 21 anos) e que “o Jardim Botânico é essencial numa época de especulação imobiliária, de querer destruir e desmatar, eu acho fundamental.” (Mulher, 30 anos)

E outra entrevistada (37 anos) ainda ressalta que através da construção do Jardim Botânico, dando a espaço uma funcionalidade e propósito é um meio de manter sua preservação: “É importante a existência do Jardim Botânico para que o espaço não seja destruído, preservando esse espaço não vai ter o término, ou ficar abandonado e acabado, porque até onde eu sei esse espaço durante muito tempo, antes do Jardim Botânico assumir a administração ele era um pouco esquecido, porque a população não podia estar, hoje a população pode vir e pode estar aqui juntos. E eu acredito e tenho certeza que o Jardim Botânico está cuidando. Essa preservação através do Jardim Botânico é importante.”

Quando questionados sobre o tipo de atividade que gostariam de viver no Jardim Botânico entre as atividades elencadas estão piquenique, trilhas, corrida, atividades com a família e ao ar livre, caminhada, ter contato com a mata, sentir a natureza, conhecimento do espaço, etc. Uma das entrevistadas ainda falou sobre a necessidade de um “lazer mais ativo”, segundo ela “é um lugar muito bonito, mas tá parado. Não gerou aquela expectativa que eu imaginava sobre agilidade. É um lugar mais pra se ver e pouco para se conhecer.” Já sobre o que sentiram falta no espaço ou que gostariam que tivesse e não encontraram, entre as respostas é possível perceber principalmente a necessidade de mais placas de sinalização de espaços e informativas sobre a fauna e a flora, de guias para as trilhas, de aparelhos de ginástica, de pedalinho, de espaço com animais, um ‘mini zoológico’, aviário, ou um espaço para animais em ‘reabilitação’, lanchonete e latas de lixo, apesar de outros discordarem sobre a implementação de espaços para alimentação e lixo por acreditarem que esse é uma forma de “degradação do espaço” e a falta do teleférico, com suas obras paradas por falta de orçamento foi pontuado por duas pessoas.

No entanto, assim como os moradores tem as suas próprias reclamações condizentes com a realidade e apropriação que fazem do espaço, principalmente no que diz respeito ao trânsito gerado no bairro, os visitantes também apresentam reclamações relacionadas ao número de visitantes e a aglomeração gerada logo na entrada do Jardim Botânico, é pontuado por alguns destes a necessidade de ajustes na entrada, segundo um dos entrevistados (38 anos) “a entrada é um pouquinho tumultuada, esse negócio de parar ficar na fila, dar nome, acho até interessante ter o controle de quantidade de pessoas, mas devia ser mais rápido e eficiente para evitar algum tipo de estresse antes de tomar essa dose de harmonia. Lá tinha que ser uma coisa bacana, e achei meio chato”, assim como outro (44 anos) que considera “que a entrada ainda ‘não está de acordo’, por causa do tamanho da fila”. Outro desagrado sofrido se relaciona a falta de informações ou informações inadequadas, uma das visitantes relata ter consultado a internet para saber os horários de funcionamento do parque e este, que indicava estar aberto, a surpreender, pois estava fechado.

No entanto, para esses desentendimentos entre a gestão do Jardim Botânico e moradores e visitantes são apresentadas soluções da seguinte maneira: O vice-diretor nos explica que a iniciativa de formular um rodízio que só permite certa quantidade de pessoas dentro do espaço do Jardim Botânico por vez é uma medida experimental, mas que já foi reconhecido a necessidade de se mudar a estratégia, que agora passa por novas análises e possíveis soluções. Já no que se relaciona ao número de veículos ocupando as ruas do bairro, Breno Moreira, nos explica que o projeto original do Jardim Botânico contava com a construção de um estacionamento para pelo menos 60 veículos e que não saiu do papel devido às dificuldades financeiras enfrentadas, no entanto, já uma parceria entre o Jardim Botânico e o órgão de trânsito responsável de Juiz de Fora para direcionar o trânsito em dias de alta visitação, de forma a garantir harmonia, sendo importante considerar também que o trânsito não deriva só da movimentação gerada pelo Jardim Botânico, mas também da movimentação e dos fiéis que vão até a igreja do bairro nos dias de domingo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto urbano-industrial no qual estamos inseridos, se tornam necessárias formas de relaxamento e escape que tornem possível o afastamento, mesmo que temporário, da rotina estressante do cotidiano. Daí a necessidade das áreas verdes urbanas como meio de garantir relaxamento, contato com a natureza, com o ar puro e para manutenção da vida em sociedade. No entanto, esses espaços, assumem diferentes papéis e perspectivas para os diversos grupos sociais e seres individuais.

Constatamos desta forma, que o Jardim Botânico, se insere de diferentes maneiras e preenche diferentes expectativas diante de cada grupo entrevistado. Os moradores esperam avanços e qualidade de vida através de impactos secundários gerados pelo Jardim Botânico, sendo eles principalmente de ordem econômica, em infraestrutura e serviços para o bairro, já que este espaço se situa no local de residência dos mesmos e assume um papel cotidiano para com eles. Os visitantes, no entanto, devido ao afastamento e ao deslocamento que deve ser enfrentado para o acesso ao espaço, o entendem principalmente como um “refúgio”, um local distante da sua realidade prática e espaço de fomento aos turistas, de atração de visitantes e de lazer, onde estes têm a possibilidade, de aos finais de semana e feriados, principalmente, afastarem-se de sua rotina e se inserirem em meio a mata e ao sossego. Essa prática de lazer sem consumismo, como pontuado por alguns dos entrevistados, apenas para relaxamento e “fuga”, se assemelha à perspectiva postulada por Dumazedier, ao tratar das inúmeras práticas de lazer, o considerando como uma atividade “desinteressada” e uma esfera a parte das demais responsabilidades que compõem a vida social, como o trabalho, a família, as ocupações políticas e religiosas, etc.

No entanto, um ponto é crucial de ser levado em consideração, é que apesar de haverem divergências quanto a importância da abertura do espaço e sobre o potencial de preservação que este garante, tanto moradores como visitantes concordam que o espaço se configura principalmente como espaço de lazer. Lazer que é garantido pela Constituição Brasileira de 1988, através do Artigo 6º, como direito fundamental a todo e cada ser humano, sendo necessário, portanto, que as cidades se organizem e se formulem cada vez mais de forma a garantir a presença e criação destes espaços, que cumprem uma função muito para além da beleza cênica, mas também de manutenção da vida social, das estruturas psíquicas, emocionais e físicas dos indivíduos, amenizando as diferentes tensões enfrentadas no dia a dia. Desta maneira, é possível perceber que os Jardins Botânicos, e no caso específico, o Jardim Botânico – UFJF assume diferentes papéis diante dos diferentes atores presentes no campo, cumprindo, desta forma, diversas e variadas funções.

No entanto, é preciso lembrar que essa pesquisa se insere apenas como um esforço primário diante de um espaço recentemente aberto em Juiz de Fora - MG, demonstrando, portanto, de forma sucinta as percepções iniciais dos moradores e visitantes. O universo de pesquisa também é limitado, sendo necessário novos e posteriores esforços para obtenção de uma apuração mais global e possíveis novos resultados. É possível também a suposição de que através do tempo haja a mudança ou o surgimento de novos entendimentos deste espaço através de sua consolidação e quando superado o status de “novidade” que este agora possui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBRÓZIO, J. **Viagem, Turismo e Vilegiatura**. GEOUSP Espaço E Tempo (Online), (18), São Paulo, p. 105-113. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/287427357_VIAGEM_TURISMO_VILEGIATURA> Acesso em: 17 de jun. de 2019

BARBOSA, R. S.; SANTOS, F. D. **Unidades de conservação, conflitos socioambientais e o encerramento das populações locais no Norte de Minas**. Anais do XXVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, 2008.

BARGOS, D. C.; LINDON, F. M. **Áreas Verdes Urbanas: Um Estudo de Revisão e Proposta Conceitual**. REVSAU, Piracicaba – SP, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2011.

PRIMEIRA EDIÇÃO DO DE FÉRIAS NO BOTÂNICO ATRAIU 3,3 MIL VISITANTES. **Bem Paraná**. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticia/primeira-edicao-do-ferias-no-botanico-atraiu-33-mil-visitantes#.XR99zOhKjIW>>. Acesso em: 17 de jun. de 2019

BRITO, P. S.; CARVALHO F. A. **Estrutura e Diversidade Arbórea da Floresta Estacional Semidecidual secundária no Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Rodriguésia. V. 65, n. 4 p. 819-830. 2014

CARVALHO, F. R. **Processo de criação, implementação e ampliação das Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro. [2008?]

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL. **ICMBio**. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/compensacaoambiental>> Acesso em: 20 de jun. de 2019

COSTA, E. J.; CÂMARA, J. B. D. **Percepção Ambiental nas Comunidades de Capãozinho e Maranatha (Flona de Brasília): Uma Abordagem Preliminar**. Brasília. [2015?]

DIEGUES, A. C. **O Mito da Natureza Moderna Intocada**. 7. ed. São Paulo. Editora Hugitec, 2008.

DUMAZEDIER, J. Querela de Definições. In: **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 87-113

GASTAL, S.; BEBER, A. M. C.; CÉSAR, P. A. B.. **Garden Tourism e Jardins Históricos: A Natureza Patrimonializada**. *International Journal of Scientific Management and Tourism*. Porto Alegre, p. 209-119. 2018

GASTAL, S.; DA SILVA, A. V. F. **Lazer, tempo e espaço: o Jardim Botânico de Porto Alegre, RS**. Anais Seminário Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2014.
JARDIM BOTÂNICO – UFJF. **UFJF**. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/jardimbotanico/>> Acesso em: 29 de mai. de 2019

O QUE SÃO. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areasprotegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao.html>> Acesso em: 18 de jun. de 2019

LIMA, V.; AMORIM, M. C. C. T. **A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades**. Formação. Presidente Prudente, SP, v. 1, n. 13, p. 139-165, 2011

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. **Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções**. *Ambiência - Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais*, v. 1 n. 1, p. 125-139, jan/jun. 2005.

PARREIRAS, O.M.U.S. **A regulamentação dos jardins botânicos brasileiros: ampliando as perspectivas de conservação da biodiversidade**. *Rodriguésia*, Vol.54, n.83, p.35-54. 2003

RAUBER, S. C; NETO, G. G. **Percepção Ambiental e Áreas Verdes: O Caso do Parque Municipal Jardim Botânico em Sinop/MT, Brasil**. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 22-36, jul. 2011.

VIANA, A. L. *et al.* **Análise da Percepção Ambiental sobre os Parques Urbanos da Cidade de Manaus, Amazonas**. *Revista Monografias Ambientais - REMOA* v.13, n.5, dez. 2014, p. 4044-4062